

# Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias



Vol. 26 / 2009  
II Série

UNUS

chc

Centro de História da Cultura

sh

## No rasto da passagem de Ferreira de Castro pelos suplemento e revista de *A Batalha* (1919-1927)

Maria João Cabrita\*

*Eu escrevo em muitos jornais – e em todos eles com independência. Mas há um apenas em que eu me sinto verdadeiramente livre, um apenas em que julgo não serem efémeras as minhas ideias, os meus períodos, as minhas palavras – é neste. É n’A Batalha. Minha pena encontra novas expressões, novas arremetidas, novos entusiasmos. É n’A Batalha onde se pode ter a noção das duas grandes coisas que eu amo na vida, depois de me ter desiludido de muitas outras – o Futuro e a Liberdade.<sup>1</sup>*

Durante duas décadas, a actividade de jornalista proporcionou a José Maria Ferreira de Castro (1898-1974) a liberdade económica necessária à escrita de seus livros, ao seu sonho de romancista. Filho de uma família humilde de Ossela, em Oliveira de Azeméis, e desde cedo órfão de pai, Ferreira de Castro emigrou para o Brasil com apenas doze anos. Passou parte da sua adolescência a trabalhar em regime de “semi-escravatura” no Seringal Paraíso, no interior da Amazónia, onde redigiu os primeiros contos e a novela *Criminoso por Ambição* (1916), e posteriormente em Belém do Pará, onde começou a colaborar com alguns jornais locais – *Jornal dos Novos* e *A Cruzada*. As dificuldades desta fase da sua existência são, de resto, transpostas para as páginas de *A Selva* (1930)<sup>2</sup> – exercício catártico, onde procurou libertar-se da vertigem do seu passado.

Ferreira de Castro desembarcou em Lisboa em 1919, ano em que a central dos sindicatos portugueses, a União Operária Nacional, pouco depois Confederação Geral do Trabalho (CGT), trouxe à luz o seu órgão de imprensa, o diário *A Batalha*. Este veículo

\* Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

<sup>1</sup> Castro, Ferreira de, *A Batalha*, 23 de Fevereiro de 1926, *apud* Baptista, Jacinto, *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, p. 10.

<sup>2</sup> Remetemos para Alves, Ricardo António, *Anarquismo e Neo-Realismo*, Lisboa, Âncora Editora, 2002, pp. 22-23.

de ideias anarco-sindicalistas<sup>3</sup>, enraizadas, sobretudo, no “comunismo anarquista” de Kropotkine<sup>4</sup>, abriu de imediato as portas ao jovem recém-chegado, que já contava com alguma experiência nesse universo contíguo à literatura – em especial, destaca-se a sua passagem por todas as secções do semanário *Portugal*, destinado à comunidade lusa de Belém do Pará, que fundou em 1917 e co-dirigiu. Tanto mais que a sua escrita espelhava naturalmente as ideias libertárias, ideias relevantes do seu modo de ser e estar no mundo, a que permaneceu fiel mesmo nas horas em que a sobrevivência poderia ter ditado o rompimento. Trata-se, como sublinha Ricardo António Alves:

[da] afirmação da liberdade individual, postura refractária à autoridade, internacionalismo, anti-militarismo, tolerância que excluía conciliação em face de valores essenciais, feminismo e, inclusive, o respeito e comunhão com a natureza, atitude que hoje designaríamos genericamente como ecologista.<sup>5</sup>

Em 1927, o escritor integrou os quadros de *O Século*, como responsável pela área internacional. Em 1934, cansado da permanente acção da censura sobre os seus artigos e em discórdia com o rumo que João Pereira da Rosa dava ao jornal, pediu uma licença sem vencimento e dedicou-se única e exclusivamente à arte do romance – conquanto a sua curta passagem, no ano seguinte, pela direcção do semanário cultural oposicionista *O Diabo*. Já então a sua fama como escritor lhe permitia viver dos direitos de autor – notoriedade alcançada com a publicação de *Emigrantes* (1928), biografia de personagens que não têm lugar no mundo, e sobretudo com a *Selva* (1930), a obra lusófona até à data mais traduzida. A personalidade humanista que perpassa a sua obra – cujos pontos centrais substanciam uma tentativa de compreender o mundo, a consciência da complexidade e contrariedade da natureza humana, e o inconformismo ante a injustiça social – constitui, igualmente, uma referência cívica e moral na luta contra o regime ditatorial e em prol dos direitos humanos.

Dele podemos dizer: foi visceralmente libertário. A sua inclinação natural para os ideais libertários foi alentada primeiramente por leituras desorganizadas e, depois, pelo

<sup>3</sup> Sobre o impacte do anarco-sindicalismo na sociedade portuguesa do início do século XX, veja-se Fonseca, Carlos da, *Para uma Análise do Movimento Libertário e a Sua História*, Lisboa, Antígona, 1988. Sobre o contexto específico de emergência de *A Batalha*, remetemos para Freire, João, “Revistas anarquistas portuguesas: Entre a política e a cultura”, in *Revistas Ideias e Doutrinas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 153-180.

<sup>4</sup> Remetemos para Préposiet, Jean, *Histoire de l'anarchisme*, Paris, Éditions Tallandier, 1993, pp. 262-287.

<sup>5</sup> Alves, Ricardo António, *Anarquismo e Neo-Realismo*, Lisboa, Âncora Editora, 2002, p. 118.

estudo de algumas obras de sociologia que, como confessaria em 1953, constituíram para si “uma explicação *dum mundo que eu sofria, mas não sabia julgar*”<sup>6</sup>. Acabaria por ir ao encontro de Proudhon, Malatesta, mas principalmente de Kropotkine – tendo por preocupação maior o bem-estar da humanidade, as misérias de qualquer e todo o povo do mundo, o seu legado dá-nos disso testemunho. Escritor do proletariado, como sublinhou Jorge Amado, foi um libertário idealista e idílico, um defensor do comunismo sem governo, da síntese entre as liberdades económica e política. Um verdadeiro “Prometeu de si”, porque apenas agrilhoadado à liberdade – nas palavras de Ricardo António Alves, “foi, no fundo, autor de si próprio”<sup>7</sup>. E isso reflectem as suas palavras:

(...) levo como único estandarte vitorioso o orgulho da minha independência; o orgulho supremo de não me curvar perante os homens ou mitos, esse orgulho que só possuem e compreendem as almas verdadeiramente livres, sem nenhum estigma de escravidão.<sup>8</sup>

Conquanto alérgico ao encantamento do poder político, que inebria os homens de acção, não deixou de lutar pela causa comum da liberdade sempre que a sua consciência ditou que o fizesse – o seu envolvimento quer no Movimento da Unidade Democrática, durante as Presidenciais de 49, quer na constituição da Sociedade Portuguesa de Escritores, em 1954, foi disso paradigmático. Mais do que apolítico, definiu-se como antipolítico e, enquanto tal, desaprovou a excessiva interferência dos libertários nas organizações dos trabalhadores, escrevendo:

Aos libertários cabe exercer a sua acção ou nos organismos específicos ou nos respectivos sindicatos, mas como simples componente deles e não como mentores.<sup>9</sup>

Individualismo e antibolchevismo completam, com o apoliticismo, o perfil do seu pensamento libertário. Na perspectiva do escritor, a identidade e a prática revolucionárias revelam a consciência individual, a liberdade de escolha. Trata-se, porém, de um individualismo distinto do egoísmo e do alheamento – tanto mais que solidário

<sup>6</sup> “Carta de Ferreira de Castro a Winifred L. Chappell – 30 de Outubro de 1953”, *Idem*, p. 195.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 162.

<sup>8</sup> “Ecos da Semana – A arte, a vida e a sociedade”, in *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano II – 9 de Março de 1925 –, n.º 67, p. 4.

<sup>9</sup> “7 de Maio de 1946”, *apud* Pedroso, Alberto e Ventura, António, *Alexandre Vieira – 30 Anos de sindicalismo*, Lisboa, Edições 1 de Outubro, 1985, p. 137.

com a sorte dos outros e ciente de que a grande obra do futuro é uma obra colectiva. Afastando-se, assim, do individualismo puro de Max Stirner, acaba por se aproximar do individualismo mutualista proudhoniano.

Diferentemente de outros libertários, Ferreira de Castro compreendeu a hostilidade proudhoniana à emancipação das classes trabalhadoras pela via política, tal como defendido por Karl Marx, e opondo-se ao comunitarismo autoritário, vitorioso na Revolução Russa, reviu-se no antibolchevismo de Kropotkine. A sua crítica ao poder soviético alcança o ápice em “O ódio da proscrita”, o conto que encerra *A Casa dos Móveis Dourados* (1927), onde cognomina Lenine de “novo ditador” e sublinha: “Agora os proscritos da Rússia já não são os aristocratas, mas sim os revolucionários que discordam dos actuais dirigentes... Todos eles têm sido postos na fronteira”<sup>10</sup>.

Para o escritor, negar a autoridade significou afirmar a liberdade e, por isso mesmo, se reviu como “libertário”, e não como “anarquista”. Como esclareceria Campos Lima, em *A Teoria Libertária ou o Anarquismo* (1926), enquanto o termo “anarquista” assume um sentido negativo, dado traduzir “o que não é”, o termo “libertário” incorpora igualmente “o que é” – negar a autoridade não significa que se negue qualquer espécie de organização.

### **De que modo os pilares do pensamento libertário de Ferreira de Castro se revelam na sua passagem pelos suplemento e revista de *A Batalha*?**

No seu quarto ano de existência, a 23 de Dezembro de 1923, *A Batalha* trouxe a público um suplemento semanal, inicialmente intitulado *A Batalha – Suplemento Literário e Ilustrado* e posteriormente, a partir do número catorze, *A Batalha – Suplemento Semanal Ilustrado*. Suplemento de oito páginas, contendo artigos de divulgação cultural e de intuito educativo – como denotam as secções “O que todos devem saber” e “Zico & Zeca”, esta última dirigida às crianças, que preenchiam as duas últimas páginas –, foi publicado à segunda-feira, até 31 de Janeiro de 1927, perfazendo 166 números. No artigo de abertura, revelava o seu desígnio nos termos seguintes:

Órgão de exposição doutrinária e elemento de educação e de aperfeiçoamento moral e intelectual, ele destina-se a ser o companheiro espiritual do operário e a contribuir para a formação da sua consciência revolucionária, ao mesmo tempo que deseja despertar o raciocínio, para as ideias renovadoras que defendemos, dessas outras classes chamadas,

<sup>10</sup> Castro, Ferreira de, *A Casa dos Móveis Dourados*, Lisboa, Edições Spartacus, 1927, p. 182.

quer pela sua situação de exploradoras quer pela função útil que desempenham, a colaborar na obra de transformação social que empreendemos.<sup>11</sup>

Em 1925, a CGT alargou o seu meio de difusão do ideário libertário, da ideia de que “só o estudo cria uma ideologia consciente e coerente, capaz de fazer raiar de vez a Verdade e a Justiça”<sup>12</sup>, através da publicação de uma revista quinzenal de arte, literatura e actualidades, de “novos horizontes sociais”; a *Renovação* – cuja existência, de 2 de Julho de 1925 a 15 de Junho de 1926, não ultrapassaria os 24 números. A emergência desta nova publicação revelou, como sublinha Jacinto Baptista, a falta de unanimidade, no seio quer da cúpula da Confederação, quer da própria redacção de *A Batalha*, sobre o alcance do suplemento face às necessidades de propaganda.

O autor de *A Selva* colaborou assiduamente nestas duas publicações, onde assinou 134 artigos sobre uma variedade de temas: sociais, literários, políticos, ideológicos, etc. – quer sob forma de crónica, quer sob a de conto. Integrando, assim, um grupo de colaboradores que contou, para além de militantes operários, com a “elite” do anarquismo, do sindicalismo e da intelectualidade portuguesa: Pinto Quartim, Emílio Costa, Eduardo Frias, Campos Lima, Adolfo Lima, César Porto, Adelaide Cabette, Arnaldo Brasão, Cristiano Lima, Bento Faria, Jaime Brasil, Julião Quintinha, Nogueira de Brito e Mário Domingues, entre outros.

Para além de artigos dispersos pelas páginas do suplemento literário de *A Batalha*, do número 5 ao 152, assinou as secções “Nota de arte”; “A arte e a vida”; “Motivos para águas-fortes”; “Ecos da Semana – A arte, a vida e a sociedade”; e “A Epopeia do trabalho” – os textos desta secção estiveram na origem da publicação de um livro com o mesmo título, em 1926. Na revista dirigida por Santos Arranha, assinou dezasseis crónicas – sobre a arte e o seu papel educativo, o trabalho, a injustiça social, os intelectuais e a ditadura, o escritor revolucionário Alberto Ghirardo, a natureza, a morte dos apóstolos, a ideia evolutiva da justiça, etc. –, para além de dois artigos intitulados “Ideologia”. Por si só, a colecção de artigos assinados pelo escritor no suplemento e na revista do órgão da CGT reflecte a energia fecundante das ideias libertárias que impregnou toda a sua obra, a sua revolta por viver numa sociedade que despertava não mais que desdém e indignação nas gerações futuras.

<sup>11</sup> “Saber para poder. Saber o que se pode fazer”, in *A Batalha – Suplemento Literário e Ilustrado*, Ano I – 3 de Dezembro de 1923 –, n.º 1, p. 1.

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*, p. 1.

A arte social constituiu um dos temas de fundo abordados por Ferreira de Castro ao longo desta colaboração. Na perspectiva do escritor, Émile Zola foi o grande fomentador de toda a arte social – “abriu novos horizontes moraes, novos firmamentos espirituais, na noite tenebrosa em que vem vivendo a Humanidade, sob o poderio do Ouro, sob o domínio da Força”<sup>13</sup> –, promovendo, assim, a ideia emancipadora que revelou o segredo da libertação ao escravo. Mas não se deve confundir a arte com a vida, tal como tendem a fazer o realismo ou o naturalismo. Como sublinha o escritor:

Pintar, com o sangue do coração lacerado, a Dor, a Miséria, a Opressão – esse é o papel da Arte Social. Desentranhar a Verdade, destruir os bonzos do Preconceito, despedaçar as grilhetas dos Dogmas, incinerar as múmias do Passado – essa é a missão do artista revoltado.

Mas tudo isso, como processo artístico, é ainda fixar aspectos da Vida e da não Vida em si, – não é consorciar totalmente a Vida como Arte – é, pelo contrário, engrandecer a Vida, envolvendo-a em ideal e elevando-a até à Arte.<sup>14</sup>

Na perspectiva de Ferreira de Castro, a arte social e a arte moderna são indissociáveis – mas a arte social não se limita a tratar dos estatutos sociológicos, nem deve ser compactada em fórmulas, como a entendiam alguns artistas do século XIX, dado que deve ser livre. Repudiando o classicismo e os seus sacerdotes, porque inimigos da liberdade, alerta: “criemos uma beleza nova, que corresponda à vida, à sensibilidade e à mentalidade contemporâneas”<sup>15</sup>. Tanto mais que a genialidade do artista dimana dos caminhos que trilha, do que traz de novo, e não da facilidade com que se coloca na via percorrida pelos outros – como viria a sublinhar em “Arte Moderna”<sup>16</sup>. Novidade incompreendida pela crítica, que só por isso suscita uma apreciação negativa:

Crítica... Trabalho de traças, fundindo-se vorazmente, ingloriamente na obra-alheia; broca em tarefa destruidora, já que lhe está vedada toda a ideia-creadora: – lápis negro anotando à margem critérios que levam a si o condão de fazer sorrir aos lábios austeros da Posteridade...<sup>17</sup>

<sup>13</sup> “O imortal Zola”, in *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano I – 9 de Março de 1925 – n.º 30, p. 5.

<sup>14</sup> “A arte e a vida” – “A verdade na literatura”, *Idem, ibidem* – Ano I – 22 de Setembro de 1924 – n.º 43, p. 3.

<sup>15</sup> “A arte e a vida” – “O Perigo do Classicismo”, *Idem, ibidem*, Ano II – 30 de Novembro de 1924 – n.º 105, p. 4.

<sup>16</sup> *Renovação*, Ano I – 1 de Março de 1926 – n.º 17, pp. 6-7.

<sup>17</sup> “A missão da crítica”, in *A Batalha – Suplemento Literário e Ilustrado*, Ano I – 14 de Janeiro de 1924 – n.º 7, p. 5.

O que se revela fecundo numa personalidade criativa é destrutivo na crítica, fruto de um trabalho de negação, de um critério individual. Por isso, as obras imortais têm sido repudiadas pela crítica: “Nenhum génio já mais satisfaz à crítica do seu tempo, acostumada a lisonjear a mediocridade” (p. 5) – tendo por função amarrar a arte ao poste do passado, dado crescer sobre a impressão do que já foi feito, mesmo que não visto e, pior, do que já foi dito. Ferreira de Castro mostra o abismo entre a tradição crítica francesa e a portuguesa: enquanto aquela tem hábitos de probidade, esta não os tem – não passa do culto da mediocridade, elevado por “espermatozóides da nulidade”<sup>18</sup>. Obedecendo a ideias feitas, a *clichés* literários, os críticos portugueses analisam a obra alheia conforme os seus padrões estéticos, morais, artísticos e sociais – uma obra é boa, quando em sua conformidade<sup>19</sup>.

Do mesmo modo que os críticos, o academismo exalta o passado:

(...) as academias não são mais do que um edifício mui vetusto, a procura de quem o desmorone definitivamente ou de quem o restaure – actualizando-o.

As academias podiam ter alguma utilidade, se nelas não imperasse o espírito da senilidade – o espírito do Passado.<sup>20</sup>

As academias são negação de talento e de evocação, o sepulcro dos horizontes modernos e um “jazigo de vaidades”<sup>21</sup>. Não indicam, nem revelam o futuro; diferentemente dos intelectuais – bússola da humanidade, das novas aspirações e novos anelos da liberdade. Por isso mesmo, nenhum intelectual livre se encontra à vontade no seio de uma academia. Sob a égide do Futuro e como ministro da ideia, todo o intelectual deve ser guardião da sua época. Disso nos dá conta em “A campanha de Marrocos”<sup>22</sup>, ao defender que todo o intelectual ibérico deve protestar contra a barbaridade que os espanhóis infligem aos mouros, e em “Os Intelectuais e as Ditaduras”<sup>23</sup>, entre muitos outros artigos.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p. 6.

<sup>19</sup> Remetemos para “Quem fomenta a ‘publicidade exagerada’ e quem edita os ‘maus livros’, prejudicando a cultura popular”, *Idem, ibidem*, Ano II – 23 de Novembro de 1924 – n.º 104, pp. 5-6.

<sup>20</sup> “Os falsos templos da ciência e da arte”, in *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano II – 1 de Dezembro de 1924 – n.º 53, p. 1.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

<sup>22</sup> *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano I – 15 de Setembro de 1924 – n.º 42, pp. 1-2.

<sup>23</sup> *Renovação*, Ano I – 15 de Março de 1926 – n.º 18, pp. 1-2.



A consideração da ditadura como uma salvação constitui, na perspectiva do escritor, o último cartucho gasto pelos reaccionários, dado os moldes do mundo coevo serem distintos dos de um passado recente<sup>24</sup>. Em “Os intelectuais e as ditaduras”, confere aos intelectuais a missão de desfazerem “o ninho onde a víbora reaccionária vai distendendo os seus anéis”<sup>25</sup> – em nome do espírito moderno, da civilização e da inteligência devem combater o eclipsar da liberdade que configuram as ditaduras. E alerta para a crise da intelectualidade portuguesa:

Confesso com tristeza, com desolação, que não creio muito na acção combativa dos nossos intelectuais contra uma possível, embora efémera ditadura. E não creio, porque nós sofremos uma crise de intelectualidade, que é a pior de todas as crises – porque é a crise-mãe, a que fecunda e cria todas as outras. Não temos intelectuais dignos deste nome – é dizer, intelectuais criadores.<sup>26</sup>

É evidente o seu combate contra a imprensa burguesa, sobretudo contra a falta de criatividade e rebeldia dos jovens publicistas que aí escrevem e se auto-intitulam de “intelectuais”. Mas nem por isso perde a esperança em ver hasteada a bandeira da inteligência, ou seja, da liberdade – inquieto e sofrido, o povo acabará por içá-la.

Esta ideia de crise da intelectualidade já perpassara, de resto, a crítica do escritor à proposta de boicote à literatura alemã, feita por alguns intelectuais no Congresso da Imprensa Latina, em 1924<sup>27</sup>. Questionou: “Que intelectuais são esses que pedem a decapitação duma espiritualidade e duma celebração que têm direito a ser internacionais?”<sup>28</sup>. Em vez de criar fronteiras à arte e ao pensamento, como o faz a ideologia subjacente a esta proposta, a ideologia do escravo, os intelectuais devem eliminá-las.

Sob o estigma da arte social, Ferreira de Castro escreve, na secção “A Arte e a Vida” do suplemento, uma série de cinco artigos sobre a literatura branca – “O culto da literatura branca”<sup>29</sup>; “O sexo na literatura e a sua evolução desde os incestos das tragédias”;

<sup>24</sup> Veja-se “Está queimado o último cartucho da burguesia”, in *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano III – 21 de Junho de 1926 – n.º 134 (III Ano), p. 1.

<sup>25</sup> *Renovação*, Ano I – 15 de Março de 1926 – n.º 18, p. 1.

<sup>26</sup> *Idem, ibidem*, p. 1.

<sup>27</sup> Veja-se “Os Intelectuais Alemães”, in *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano I – 10 de Março de 1924 – n.º 15, pp. 4-6.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, p. 4.

<sup>29</sup> *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano III – 12 de Abril de 1926 – n.º 124, p. 1.

dias clássicas à novela contemporânea<sup>30</sup>; “As características da literatura branca<sup>31</sup>; “O teatro mercenário e a literatura branca<sup>32</sup>; e “Os perigos da literatura branca<sup>33</sup> – assim como artigos sobre a crise do livro e do teatro. A literatura branca – literatura sem intenções ou véus, apregoada pelos editores e directores sob intuito mercantilista – resulta, naturalmente, do ambiente reaccionário coevo. Como sublinha o escritor, no artigo de abertura da série subordinada ao tema, “não se necessita agora de escritores, necessitam-se de eunucos, cujas palavras tenham a mesma inútil neutralidade da sua virilidade perdida...<sup>34</sup>.

Em contraposição à “literatura vermelha” – que reivindica, em nome da liberdade, da literatura e da verdade da vida –, caracteriza a “literatura branca” de “prosa burguesa, industrial, sem ideias, sem revelação de almas, sem nada de nobre, de elevado, a justificar o papel que gastou para ser impresso<sup>35</sup>. E todo o escritor que bajula a burguesia, como inimigo da verdade, é cúmplice dos seus defeitos, dos seus vícios e da sua religião, como um falso moralista despido de qualquer anseio renovador. Branqueamento que enfraquece mais a literatura novelesca que a dramaturgia. Sobre as “peças brancas”, escreve: “o teatro que não ofende preconceitos e lisongeia a burguesia está mais livre, mais audacioso, do que a pálida literatura que aqui ando a combater<sup>36</sup>. Mais convencional do que o teatro – o que em si constitui um paradoxo, dado que este se dirige a um auditório composto pelo mais variado público –, a “literatura branca” embarga a renovação literária e ideológica, constituindo, deste modo, um perigo para a mentalidade moderna.

No artigo de encerramento desta série temática, o escritor demora-se na análise dos perigos decorrentes desta feição literária e, curiosamente, alerta para o facto de constituir uma ameaça para a legião de mulheres que constituem um exemplo de emancipação – conquanto sejam os homens, e não as mulheres, os potenciais compradores dos livros fúteis escritos por Júlio Dantas, os seus discípulos nacionais e mestres estrangeiros. O escritor vê neste tipo de literatura a espada sabiamente manejada pela burguesia e pela Igreja contra toda a rebeldia e insubmissão, e alerta:

<sup>30</sup> *Idem*, Ano III – 19 de Abril de 1926 – n.º 125, p. 4.

<sup>31</sup> *Idem*, Ano III – 26 de Abril de 1926 – n.º 126, pp. 4-5.

<sup>32</sup> *Idem*, Ano III – 3 de Maio de 1926 – n.º 127, p. 4.

<sup>33</sup> *Idem*, Ano III – 10 de Maio de 1926 – n.º 128 (III Ano), p. 5.

<sup>34</sup> “O culto da literatura branca”, in *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano III – 12 de Abril de 1926 – n.º 124, p. 1.

<sup>35</sup> “O sexo na literatura e a sua evolução desde os incestos das tragédias clássicas à novela contemporânea”, *Idem*, Ano III – 19 de Abril de 1926 – n.º 125, p. 4.

<sup>36</sup> “O teatro mercenário e a literatura branca”, *Idem*, Ano III – 3 de Maio de 1926 – n.º 127, p. 4.

Combatê-la é o nosso dever. Em nome do espírito moderno. Em prol da verdadeira literatura. Contra a reacção dominante. Contra o espírito retrógrado, jesuíta, de que essas novelas brancas são folhas dispersas, mas perigosas.<sup>37</sup>

Com a mesma sapiência, manifestara a sua indignação ante as afirmações feitas por alguns livreiros de Lisboa sobre a crise do livro<sup>38</sup>. Estes atribuíam-na a dois factores: ao exagero de publicidade a obras más e parcialidade da crítica jornalística; e à abundância editorial do mau livro resultante da publicação de autor. Sobre o primeiro, Ferreira de Castro lembrou o seu combate ao modo amistoso, parcial e inútil com que se faz crítica em Portugal – como atrás referido. Neste sentido, ser-se bom escritor depende da amizade que se tem com algum crítico e do lugar que ocupa na sociedade. Qualquer escritor que extravase as fronteiras do universo de valores do crítico é tido por “modernista” ou “subversivo” – mas só estes acompanham a evolução literária. E na verdade, segundo o escritor, esse exagero e essa parcialidade ficam-se a dever aos próprios editores, dada a relação que incrementam com os jornalistas e jornais com o intuito de aumentarem as vendas. Por outro lado, boicotar a entrada de novos escritores no mundo literário pode trazer, por consequência, a ruína de trilhos futuros. Os editores, através das suas políticas editoriais, viradas para o lucro e não para a revelação de novos talentos, boicotam a evolução do gosto do grande público.

Educar o público constitui, igualmente, uma preocupação de Ferreira de Castro no âmbito do teatro – manifesta-se solidário com a ideia de Eduardo Frias, de “criar um público para o bom teatro, um público que possa dar com a sua presença, aplaudindo ou reprovando, uma orientação à escolha dos futuros repertórios”<sup>39</sup>. O escritor considera o teatro (industrial) como a arte mais inferior, comum e mesquinha que existe em Portugal; e disso nos dá conta em “O mercantilismo e a miséria artística do teatro português”:

Não há uma idea a presidir, a engrandecer, a justificar a existência do teatro. Só há apetites; ambições, industrialismos, subserviências, interesses comerciais – sede de dinheiro, ânsia de imerecida glória!<sup>40</sup>

<sup>37</sup> “Os perigos da literatura branca”, *Idem*, Ano III – 10 de Maio de 1926 – n.º 128 (III Ano), p. 5.

<sup>38</sup> Remetemos para “Quem fomenta a ‘publicidade exagerada’ e quem edita os ‘maus livros’, prejudicando a cultura popular”, *Idem*, Ano II – 23 de Novembro de 1924 – n.º 104, pp. 5-6.

<sup>39</sup> “Ecos da Semana – A arte, a vida e a sociedade”, *Idem*, Ano II – 30 de Novembro de 1924 – n.º 105, p. 4.

<sup>40</sup> *Idem*, Ano III – 28 de Junho de 1926 – n.º 135, p. 2.

Mesmo o Teatro Nacional, que deveria estimular e facultar as revelações, demitiu-se deste papel, limitando-se, tal como os outros, a disputar as simpatias do grande público<sup>41</sup>. A preponderância dos interesses materiais atrofia, amesquinha e industrializa a arte. A arte livre exige uma sociedade nova, também ela livre. Proclamar a liberdade de ambas equivale a anunciar a morte dos seus estatutos<sup>42</sup>.

Também no âmbito educativo, o autor considera que a literatura infantil não cumpre a sua missão<sup>43</sup>. Os escritores que se dedicam a este tipo de literatura não se apercebem da sua responsabilidade social – as crianças de hoje são os adolescentes de amanhã e os adultos do depois de amanhã – e acabam por envenenar o espírito infantil, com a fábula, o sobrenatural e o dogma. Na perspectiva do escritor, o homem deve conhecer desde a sua infância os signos da Verdade; do mesmo modo que a sociedade, dando ouvidos à psicologia, antropologia e pedagogia modernas, deve proteger a criança das misérias da vida<sup>44</sup>.

Ainda no capítulo da arte, Ferreira de Castro assina recensões de livros, crónicas sobre a máquina na arte contemporânea que, na sua perspectiva, constitui uma afronta ao reaccionarismo burguês<sup>45</sup>, e o cinema. Sobre este último, assinala o seu papel artístico e educador no seio da colectividade<sup>46</sup>. Tal como na literatura e no teatro, sob orientação mercantilista, o cinema contemporâneo – em especial os filmes americanos – envenena os espíritos, mantém as multidões nas trevas, demitindo-se da sua função educativa. No âmbito artístico, constitui um privilégio europeu, sobretudo francês e alemão. Arte nova, para além do teatro e do romance, o cinema tem “um grande papel renovador, pela sua sugestão estética, sentimental e ideológica”<sup>47</sup>, proporcionando à humanidade novas e valiosas conquistas.

<sup>41</sup> Veja-se “Ecos da Semana – A arte, a vida e a sociedade”, *Idem*, Ano II – 6 de Abril de 1925 – n.º 71, p. 2. O autor tece neste artigo uma crítica à estreia da peça *Abade Constantino* no Teatro Nacional – uma peça obsoleta que, na sua perspectiva, não deveria sair dos arquivos. Considera que o Teatro Nacional cumpre mal a sua função ao ressuscitar peças obsoletas em detrimento da divulgação da dramaturgia moderna, de novos ideais.

<sup>42</sup> “A Arte e a Vida – Os intuitos sociais da actual literatura italiana”, *Idem*, Ano III – 28 de Dezembro de 1925 – n.º 109, p. 4.

<sup>43</sup> Remetemos para “O que se escreve e o que é necessário escrever para a educação da criança”, *Idem*, Ano II – 6 de Janeiro de 1925 – n.º 58, p. 2

<sup>44</sup> Veja-se “A Sociedade e o Problema Infantil”, *Idem*, Ano II – 25 de Maio de 1925 – n.º 78, pp. 4-5. Este número foi dedicado à semana da criança.

<sup>45</sup> Vejam-se “A Arte e a Vida – A máquina na arte contemporânea”, *Idem*, Ano III – 7 de Dezembro de 1925 – n.º 106, p. 4; e “A Arte e a Vida – O espírito perante a máquina”, *Idem*, Ano III – 14 de Dezembro de 1925, n.º 107, pp. 5-6.

<sup>46</sup> “O cinema moderno e o seu papel artístico e educador”, in *Renovação*, Ano I – 15 de Maio de 1926 – n.º 22, pp. 10-11.

<sup>47</sup> *Idem*, *ibidem*, pp. 10-11.

A injustiça social constitui, igualmente, horizonte de investida da escrita de Ferreira de Castro nas duas publicações de *A Batalha*, quer através das suas abordagens sobre a epopeia do trabalho e inserção da mulher nesse mundo, quer sobre a deportação, o colonialismo e a farsa da justiça, quer sobre a censura.

Na secção “A Epopeia do Trabalho”, publicada no suplemento entre os números 75 e 95, escreveu crónicas sobre os mais diversos ramos da actividade humana – os pescadores, os ferreiros, os mineiros, os cavadores, os sábios, os lenhadores, os tipógrafos, os carregadores, os escritores, os escultores, os ceifeiros, os construtores, as costureiras, as dactilógrafas e os fogueiros –, mostrando o que cada uma delas tem de sublime e de desespero. Sobre o propósito destas crónicas, escreve:

Só o trabalho é hoje verdadeiramente epopeico (...).

E o homem vai marcando sob a égide desse trabalho assombroso, que é feito de dor e de alegria, mas sempre triunfante e construtivo, extraordinárias horas de epopeia.

Hoje Homero teria de recrutar as suas legiões heróicas entre os que trabalham.

Os operários são os verdadeiros heróis contemporâneos.<sup>48</sup>

Ilustradas por Roberto Nobre – seu companheiro de ideias e de vida, tal como Jaime Brasil –, estas crónicas constituem, no seu conjunto, uma moldura humana e social da época, ilustrativa dos sacrifícios a que se submete a maior parte dos trabalhadores, de uma miséria epidémica. É na alma destes mártires sociais que vive a revolta emancipadora; porque entre eles soa a voz de revolta contra as péssimas condições em que desenvolvem as suas actividades, muitas delas imprescindíveis ao bem-estar da minoria detentora do poder económico. O eco da voz de quem não vive, mas unicamente sobrevive, consumido até à exaustão. A título de exemplo, retenhamos o olhar sobre o fado dos “detentores de todas as chaves do Alfabeto”, os tipógrafos:

E trabalham e trabalham, na penumbra das oficinas e ali são como sacerdotes do Génio Humano até que a morte lhes pague a última energia ou até que a tuberculose, que é o númen de fatalidade da nobre profissão, lhes torne cor de marfim a parte das mãos que os tipos não enegreceram.<sup>49</sup>

<sup>48</sup> “A Epopeia do Trabalho”, in *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano III – 22 de Novembro de 1926 – n.º 156, p. 5.

<sup>49</sup> “A Epopeia do Trabalho – Os Tipógrafos”, *Idem*, Ano II – 30 de Junho de 1925 – n.º 83, p. 5.

Constituem os quadros destas crónicas o mais profundo manifesto da indignação de Ferreira de Castro face a uma sociedade de antíteses, de ouro e sangue, de capitalistas e esfomeados, manifesto que se alastra por alguns artigos da *Renovação*: “As profissões humildes – A alma nómada dos amoladores de tesouras e navalhas”<sup>50</sup>; “Natal sem pão e sem liberdade”<sup>51</sup>; e “O inverno e os pescadores”<sup>52</sup>. Neste âmbito, o escritor alertou, entre outras coisas, para a necessidade de os trabalhadores conquistarem férias pagas, pois, contrariamente à opinião dos exploradores, não se trata de um luxo, mas de uma exigência do físico, exausto por um labor diário<sup>53</sup>. Constitui essa conquista um bem tanto para o indivíduo como para a colectividade em que se empenha, reconhecido, então, por uma grande parte da comunidade internacional.

Quero argumentar com o Brasil, em cuja capital os empregados do comercio conseguiram já as ferias anuaes, sem redução dos seus salários. Quero argumentar com a Alemanha, a Austria, a Holanda, a Dinamarca, a Noruega e a Suécia, cujo patronato, em maioria, reconheceu a necessidade desse descanço anual, e em minoria, isoladamente – oh! triste falta de solidariedade nos gestos nobres! – já o tem concedido. Porque não se iniciar, então em Portugal, esse mesmo movimento, esse movimento humanitário, de profundo interesse social, que em França vem sendo defendido por nomes ilustres na Sciencia e nas Letras?<sup>54</sup>

A par desta reivindicação, escreve sobre a incursão da mulher no mundo do trabalho. A emancipação da mulher constitui um dos temas mais caros ao ideário libertário que perpassa as publicações de *A Batalha* – o inquérito sobre a integração da mulher na vida sindical levado a cabo pelo suplemento, a partir do número 39, é disso paradigmático. A anteceder este gesto fomentado pela CGT, Ferreira de Castro escreveu, em “O esforço da mulher na vida moderna”<sup>55</sup>:

Quebrados evidentemente os elos de preconceitos vetustos, a mulher desfruta hoje de uma maior liberdade – mas logo esta conquista foi aproveitada pela burguesia, logo com os destroços dos grillhões despedaçados os burgueses fundiram novas algemas.<sup>56</sup>

<sup>50</sup> *Renovação*, Ano I – 15 de Outubro de 1925 – n.º 8, p. 11.

<sup>51</sup> *Idem*, Ano I – 1 de Janeiro de 1926 – n.º 13, pp.4-5.

<sup>52</sup> *Idem*, Ano I – 15 de Fevereiro de 1926 – n.º 16, pp.6-7.

<sup>53</sup> Veja-se “Ante os Pórticos do Estio – Lutemos pelas férias dos que trabalham!”, in *Renovação*, Ano I – 2 de Julho de 1925 – n.º 1, pp. 10-11; e “E enquanto os opulentos senhores se divertem”, in *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano III – 13 de Julho de 1926 – n.º 137, p. 4.

<sup>54</sup> “Ante os Pórticos do Estio – Lutemos pelas férias dos que trabalham!”, p. 11.

<sup>55</sup> *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano I – 9 de Junho de 1924 – n.º 28, pp.4-5.

<sup>56</sup> *Idem, ibidem*, p.4.

Em conformidade com a opinião dominante no seio do movimento sindical, considerou a remuneração miserável da mulher como um pretexto para a burguesia explorar também o trabalho dos homens; ou seja, a sua entrada no mundo do trabalho sob o intuito quer de se emancipar, quer de contribuir para a economia familiar acabou por criar “um problema grave a que os exploradores do trabalho alheio dificultam a solução”<sup>57</sup>. Combatente da sociedade que mantém a mulher na dependência económica do homem, alertou para o facto de a sua emancipação dever ser conquistada sem sacrifício do virtuosismo que lhe é característico, sem desvios da senda da sua vida; reconhecendo a maldição que recai sobre este esforço: “uma sentença iníqua, lançada postumamente sobre a cabeça da Eva”<sup>58</sup>.

O degredo constitui um outro tema de demora da passagem de Ferreira de Castro na imprensa anarquista, tanto mais que a sua experiência de emigrante desprotegido fez crescer em si uma ternura pelos exilados. De um ponto de vista lógico, a deportação constitui um contra-senso, pois querer desterrar todos os perturbadores da “paz” burguesa corresponde a deportar o país inteiro. Trata-se de um acto que afronta os direitos dos homens, direitos conquistados com tantos sacrifícios. Revoltado ante esta injúria, o escritor denuncia a traição e o tráfico da liberdade por parte dos políticos, questionando:

Que lhes importa que a Liga dos Direitos do Homem, as personalidades venerandas da república e as classes operárias protestem, se eles sabem que uns não sairão do campo ideológico e que para os outros têm as cabinhas e os sabres da guarda republicana?<sup>59</sup>

Na sua perspectiva, os políticos não têm qualquer autoridade moral para ordenar deportações e acabam, por imposição da força, por violar a justiça burguesa – a ideia de que a prisão deve constituir um meio de reeducação e não um castigo – e humilhar a mentalidade contemporânea. Os barcos que partem para África repletos de exilados são comparáveis aos que dela vieram com os porões cheios de escravos<sup>60</sup>. O termo “degredo” oculta um destino inexorável, traz à presença um quadro “de côres sinistras (...) onde os personagens soluçam, gritam e se contorcem; mães, filhos, irmãos, pais velinhos e

<sup>57</sup> *Idem, ibidem*, p. 5.

<sup>58</sup> *Idem, ibidem*, p. 5

<sup>59</sup> “As deportações como afronta à nossa época e à nossa mentalidade”, in *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano III – 4 de Janeiro de 1926 – n.º 110, p. 1.

<sup>60</sup> “A caminho do degredo – e as responsabilidades da sociedade”, in *Renovação*, Ano I – 15 de Novembro de 1925 – n.º 10, p. 6.

tropegos<sup>61</sup>; uma tela descrita pelo escritor na hora da realização de mais uma deportação em massa decretada pela justiça; e que assinala a urgência em se romper com o silêncio que envolve esta tragédia. Mais do que noticiar o degredo, a imprensa tem a obrigação de revelar a dor dos que partem e dos que ficam a chorar a sua partida.

Esses, que são obrigados a abandonar a sua família – quando a têm – e a sua terra, não passam, frequentemente, de homens em demanda da sobrevivência, de trabalho, de tecto e de comer, numa sociedade que teima em explorá-los e em mantê-los na mais profunda ignorância, distantes do sol sadio – “esse sol da razão que aviva as células de todos os sentimentos bons<sup>62</sup>. Na perspectiva de Ferreira de Castro, a redução dos crimes que levam ao degredo resultará, tão-somente, de uma profunda transformação social – enquanto a sociedade, em nome do egoísmo burguês, extorquir a carne dos sacrificados, de pouco valerá a palavra dos sábios da criminologia. Urge deslocar-se a ênfase, da punição para a preservação.

A completar a abordagem deste tema, em “O deportado<sup>63</sup> o escritor debruça-se sobre o sentimento que vai na alma de quem vive essa experiência sufocante, sob um céu de cor de chumbo, e que acaba por descobrir que a verdadeira crueldade e tirania reinam na terra de onde vem, da civilização que o transformou numa fera, e não para onde vai – aí só paira a sua sombra. Terra em que a justiça constitui uma farsa, pois de outro modo seria a mesma para todos, e não é, como de resto veio a mostrar a absolvição dos implicados na tentativa de golpe militar de 18 de Abril de 1925. Um perdão que simboliza, nas palavras do escritor:

o triunfo duma casta sobre tôdas as regalias, sobre todas as liberdades, conquistadas com o sangue de muitas gerações, demonstrando também a necessidade de defesa que os homens livres devem tomar, para que o cérebro não seja esmagado pelos pés.<sup>64</sup>

Da mesma forma que critica a exploração da mão-de-obra na sociedade coeva, repugna o colonialismo e a sua política de pilhagem. Ao comentar a campanha dos espanhóis em Marrocos<sup>65</sup>, escreve:

<sup>61</sup> *Idem, ibidem*, p. 6.

<sup>62</sup> *Idem, ibidem*, p. 6.

<sup>63</sup> *Renovação*, Ano I – 15 de Dezembro de 1925 – n.º 12, p. 8.

<sup>64</sup> “As Metamorfoses da Justiça: O significado do julgamento”, in *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano II – 5 de Outubro de 1925 – n.º 97, p. 1.

<sup>65</sup> Veja-se “A campanha de Marrocos”, *Idem*, Ano I – 15 de Setembro de 1924 – n.º 42, pp. 1-2.



A missão de Espanha e de Portugal, a missão da península através dos últimos séculos, não foi a de civilizar, como se diz na História, foi a de pilhar e a de escravizar.<sup>66</sup>

Consequentemente, é incompreensível que se cognomine de “heróicos” feitos que, à data, não podem ser compreendidos senão como “actos de pirataria” – Vasco da Gama constitui um desses heróis que o escritor reconhece como salteador<sup>67</sup>. Diferentemente, aplaude o gesto de todos os revoltados contra a escravatura, da que os ingleses impõem na Índia, os espanhóis em Marrocos, e os portugueses na costa de África<sup>68</sup>. Mas o nascimento do homem livre pressupõe a morte dos apóstolos – se na Europa é já um facto, nos países colonizados é algo que está por vir –, sejam estes religiosos ou ateus. Descrença que constitui a vitória da humanidade:

Pois só é verdadeiramente emancipado aquele que não é discípulo, aquele que não é fiel, aquele que não é mestre nem sacerdote. As ideias só são verdadeiramente emancipadoras quando estão no espírito dos homens e não quando para se comungar nelas se tem de adorar a um só homem. A grande obra do futuro tem de ser uma obra colectiva.<sup>69</sup>

Da mesma forma que cresce para além do universo de crenças, seitas e dogmas, o homem livre deve derrubar as muralhas que separam as raças. A liberdade, diferentemente da religião, permite a união entre elas<sup>70</sup>. Ser-se um homem livre significa estar-se liberto das grilhetas morais da religião, seja esta qual for, viver-se com os olhos postos no futuro, e não no passado, tanto mais que a evolução das ideias assim o exige.

Presença constante do suplemento, interrompida apenas com a sua estadia em Madrid, entre meados de Dezembro de 1925 e princípios de Abril do ano seguinte, de onde trouxera a promessa de colaboração de alguns escritores rebeldes espanhóis<sup>71</sup>, Ferreira de Castro acabaria por embater de frente no edifício da censura, instalado

<sup>66</sup> *Idem, ibidem*, p. 1.

<sup>67</sup> Veja-se “Ecos da Semana – A arte, a vida e a sociedade”, in *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano I – 20 de Abril de 1925 – n.º 73, p. 6.

<sup>68</sup> Remetemos para “Gandhi, o revolucionário indiano”, *Idem*, Ano I – 3 de Março de 1924 – n.º 14 pp. 4-5.

<sup>69</sup> “A morte dos apóstolos”, in *Renovação*, Ano I – 15 de Maio de 1926 – n.º 1, p. 2.

<sup>70</sup> Veja-se “O Ouro de Israel e a Situação da Raça Proscrita”, in *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano II – 23 de Março de 1925 – n.º 69, p. 4.

<sup>71</sup> Veja-se “A Obra de Ferreira de Castro – O seu subjectivismo e objectivismo estudados por um escritor espanhol”, *Idem*, Ano III – 19 de Abril 1926 – n.º 125, p. 7.

após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, que esteve na origem do Estado Novo. A 22 de Junho, *A Batalha* recebeu, como de resto todos os jornais da capital, um ofício que estabelecia a censura à Imprensa, obrigando a saída das publicações à entrega de quatro exemplares no Comando-Geral da GNR. Instituiu-se, assim, um mecanismo oficial de controlo e repressão que se manteria, sob diversas formas e intensidades, até à Revolução de 25 de Abril de 1974. Como Ferreira de Castro suspeitava, a burguesia, com o apoio militar, havia lançado a sua bóia de salvação.

O número do suplemento que se seguiu à instauração da repressão abriu com um artigo do escritor contra esse estado de coisas, o profundo golpe infringido pelo militarismo triunfante, vestido nos tons do fascismo, à liberdade do pensamento – intitulado “Perante o lápis dos censores”<sup>72</sup>, acentua a afronta da censura à mentalidade contemporânea. Nele escreve:

quando tudo parece anunciar festivamente a alvorada da liberdade, quando as mais fortes mentalidades da nossa época anunciam um novo mundo, não com a falsa razão de uma profecia, mas sim com o rigor científico, filho do estudo, dos conhecimentos da evolução e do confronto de todas as épocas, ressuscitam antigos censores, para cercar a liberdade mais consagrada, mais defendida, essa liberdade que até os tiranos contemporâneos empalidecem ao ultrajá-la – a do pensamento.<sup>73</sup>

Na esteira das experiências espanhola e italiana, e como já havia mostrado na conferência que proferiu no Sindicato dos Profissionais de Imprensa, logo após a sua chegada de Madrid, o autor evidenciou a inutilidade deste veto. Tanto que, mais cedo ou mais tarde, as palavras publicadas pelos exilados no estrangeiro acabarão por desacreditar a ditadura – o sistema será minado de fora para dentro. Na sua perspectiva, não se deve compreender a liberdade de pensamento de um ponto de vista utilitário, como uma espada ao serviço de certos ideais; e, tanto quanto é injustificável a opressão à imprensa anarquista, é injustificável a opressão à burguesia – mesmo sendo esta um “catavento de paixões ao serviço de quem detém o poder político”<sup>74</sup>. A sua depuração exige uma outra sociedade, uma outra ideologia, assente nas cinzas do conservadorismo dos que a submetem à censura.

<sup>72</sup> *Idem*, Ano III – 5 de Julho de 1926 – n.º 136, pp. 1-2.

<sup>73</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 1.

<sup>74</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 2.

Ferreira de Castro interrompe a colaboração no suplemento após a publicação deste manifesto; retoma-a passados dois meses, a pedido dos seus camaradas, por solidariedade profissional e ideológica. Jacinto Baptista refere esta ausência como fruto de “um incidente desagradável” e o seu retorno, no seguimento da passagem da direcção de *A Batalha* de Santos Arranha para Joaquim de Sousa, como um esforço para recuperar colaboradores estimados pelo público operário<sup>75</sup>.

Sobre este facto, o escritor sublinha:

Eu regresso... Mas regresso triste, por ver que esta tribuna, que se ergueu para ser livre, que para ser livre vive, não pode, contudo, viver agora livremente. Os mais nobres protestos serão sufocados pelo lápis implacável do censor...

É esta certeza no futuro que, no momento em que regresso a estas colunas amigas, enche de sol a minha alma.<sup>76</sup>

Num tom provocatório, assinala a impossibilidade de escrever sobre coisas sérias<sup>77</sup>. Porém, num último fôlego, acabaria por fazê-lo, utilizando-se da ironia peculiar ao pensamento libertário. Num acto de coragem, tão nobre quanto o que o levava a levantar a voz contra a censura, Ferreira de Castro encerra este capítulo da sua vida, a sua longa viagem pelas páginas do suplemento de *A Batalha*, a versar sobre a covardia. Resignados pelas necessidades da vida, os covardes surgem em todos os sectores da sociedade coeva, e a excepção será a vítima:

Será esse jovem impulsivo e idealista, que ainda não pensou em instalar-se na vida, que ignora ainda o prazer burguês da comodidade. Só esse esmagará a lesma viscosa da covardia. Só esse dará a sua nobre frente aos golpes da clava que manejam todos os outros – os que se adaptaram, os que transigiram, os que defendem as tristes lentilhas.<sup>78</sup>

Na sua perspectiva, a condescendência e a covardia do homem crescem com a civilização – daí o jornalismo sul-americano ser mais audaz que o europeu<sup>79</sup>. O escritor

<sup>75</sup> Baptista, Jacinto, *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, p. 146.

<sup>76</sup> “De regresso... o culto do eufemismo perante uma situação que exige palavras concretas”, in *A Batalha – Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano III – 6 de Setembro de 1926 – n.º 145, p. 1.

<sup>77</sup> Veja-se “O escritor Rubén Darío: o triste aspecto moral de um homem que trouxe à Europa o génio sul-americano”, *Idem*, Ano III – 27 de Setembro de 1926 – n.º 148, p. 2.

<sup>78</sup> “Imagens de água profunda”, *Idem*, Ano III – 26 de Outubro de 1926 – n.º 152, p. 1.

<sup>79</sup> “Imagens de água profunda”, *Idem*, Ano III – 29 de Novembro de 1926 – n.º 157, p. 5.

anunciava tratar, ainda, da “morte da covardia”. Porém, o artigo não veio a lume. Terá sido censurado? Provavelmente. Mas resta saber por quem. O suplemento não resistiu muito mais tempo, publicando o último número a 31 de Janeiro de 1927. *A Batalha* sucumbiria poucos meses depois, a 27 de Maio de 1927.

Profundo conhecedor da natureza humana, como de resto revela a sua obra literária, Ferreira de Castro compreendeu, como poucos, que todo e qualquer homem se debate com um conflito interno: a escolha entre ser fiel às convicções e o instinto de sobrevivência. No seu caso, podemos concluir que se manteve fiel ao seu amor pela humanidade, não por uma classe em particular, não por um povo em particular.

## Bibliografia

ALVES, Ricardo António, *Anarquismo e Neo-Realismo*, Lisboa, Âncora Editora, 2002.

BAPTISTA, Jacinto, *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977.

CASTRO, Ferreira de, *A Casa dos Móveis Dourados*, Lisboa, Edições Spartacus, 1927.

FONSECA, Carlos da, *Para uma Análise do Movimento Libertário e a Sua História*, Lisboa, Antígona, 1988.

FREIRE, João, “Revistas anarquistas portuguesas: Entre a política e a cultura”, in *Revistas – Ideias e Doutrinas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 153-180.

PEDROSO, Alberto e VENTURA, António, *Alexandre Vieira – 30 Anos de sindicalismo*, Lisboa, Edições 1 de Outubro, 1985.

PRÉPOSIET, Jean, *Histoire de l’anarchisme*, Paris, Éditions Tallandier, 1993.

*A Batalha: Suplemento Literário e Ilustrado*, Lisboa, Órgão da CGT, 166 números, 1923-27.

*Renovação: Revista Quinzenal de Arte, Literatura e Actualidades*, Lisboa, Secção Editorial de “*A Batalha*”, 24 números, 1925-26.